



Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação

Objetivo: Apresentar a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de TI que devem ser respondidos eletronicamente.

Os cálculos matemáticos são realizados por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito.

Instruções (leia atentamente)

Como se trata de um questionário extenso, lembre-se de gravar o seu progresso num intervalo máximo de 60 minutos, através do botão "Retornar mais tarde", para não haver perda de informação.

Para submeter definitivamente o questionário, clique no botão "Enviar".

Lembramos que todos os quesitos são obrigatórios.

Seção A: Quesitos i-Gov TI

A1. 1. A prefeitura municipal possui um PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação - vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?

SIM, com metas acima de 02 anos

SIM, com metas para até 02 anos

Não possui PDTI



A2. 1.1. O PDTI é divulgado na Internet?

Sim

Não

A3. 2. A prefeitura municipal possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?

Sim

Não

A4. 3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?

SIM, com funcionários efetivos

SIM, com funcionários efetivos e temporários

SIM, com funcionários temporários

Não possui esse quadro

A5. 4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?

Sim

Não

A6. 5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?

Sim

Não

A7. 5.1. Qual a periodicidade:

A8. 6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)?

Obs.: Este quesito não se refere às exigências contidas na Lei da Transparência

Sim

Não



A9. 7. Há publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (CF, art. 39, § 6º)

SIM

PARCIALMENTE

NÃO

A10. 8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet?

Sim

Não

A11. 9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na página eletrônica do Município, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal?

Sim

Não

A12. 9.1 Selecione os instrumentos divulgados na página eletrônica do Município:

PPA, LDO e LOA (marcar apenas se o município divulgar os três documentos)

Balanços do Exercício

Parecer Técnico do TCE

RREO e sua versão simplificada

RGF e sua versão simplificada

A13. 10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:

Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto)

Não há pessoal de TI envolvido no processo de compra

A14. 11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:

Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município

Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados

Os dados não possuem registros eletrônicos

A15. 11.1 Há controle eletrônico dos prazos de lançamento da Dívida Ativa (art. 173 CTN)?

Sim

Não



A16. 12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:

- Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município
- Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados
- Os dados não possuem registros eletrônicos

A17. 13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:

- A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta.
- A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas.
- Não foi implantada a NFE

A18. 14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo):

- É utilizada a métrica de Pontos de Função
- Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função
- Não existe métrica
- Não houve licitações de software

A19. 15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet?

- Sim
- Não

A20. 16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?

- Sim
- Não

A21. 16.1 Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?

- Sistema Próprio
- Banco do Brasil
- ComprasNet



Outros



Outros

A22. 17. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos?

SIM, é divulgado e há treinamento

SIM, é divulgado mas não há treinamento

SIM, há treinamento mas não há divulgação

NÃO

A23. 18. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?

Sim

Não

A24. 19. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet?

Sim

Não

A25. 20. Há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada? (LRF, art. 48-A)

Sim

Não

A26. 20.1 Quais informações?

Atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A27. 21. Há divulgação dos tributos arrecadados? (CF, art. 162)

SIM

PARCIALMENTE

NÃO



A28. 22. A Prefeitura criou o Serviço de Informação ao Cidadão? (LF nº 12.527/11, art. 9º)

Sim

Não

A29. 23. (Para municípios com mais de 10.000 habitantes) Há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor, informações sobre licitações e ações governamentais? (LF nº 12.527/11, art. 8º, § 1º)

SIM

NÃO

NÃO SE APLICA

A30. 24. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficam disponíveis, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade? (LRF, art. 49)

Sim

Não

A31. 25. Houve encaminhamento à União das informações alusivas às contas do ano anterior? (LRF, art. 51, § 1º, I)

SIM

PARCIALMENTE

NÃO